



UNILAVRAS CONCURSOS

Processo Seletivo do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Ritópolis - MG Edital n.º 01/2019

**CADERNO DE
PROVAS**

**MEMBRO DO CONSELHO
TUTELAR**

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

1. Aguarde a autorização do fiscal de sala para iniciar a prova.
2. Este Caderno de Provas contém 20 (vinte) questões objetivas de múltipla escolha e 1 (uma) proposta de redação.
3. Para cada questão, dentre 4 (quatro) alternativas de resposta, há apenas 1 (uma) adequada ao enunciado.
4. Após a autorização para o início da prova, confira este Caderno de Provas e o cargo ao qual você concorre especificado no canto superior direito deste. Caso verifique incorreção, inconsistência ou defeito, solicite ao fiscal de sala a substituição. Não caberão reclamações posteriores nesse sentido.
5. Observe as instruções específicas contidas no Cartão de Respostas e utilize SOMENTE caneta esferográfica de tinta azul ou preta fabricada em material transparente para assinalar as respostas.
6. A duração máxima da prova será de 3 (três) horas, já incluído o tempo para preenchimento do Cartão de Respostas e a transcrição da redação.
7. Você SOMENTE poderá se retirar definitivamente da sala de prova após transcorrido o tempo de 1h30min (uma hora e trinta minutos) do início dessa.
8. Ao terminar a prova, entregue ao fiscal de sala este Caderno de Provas, o Cartão de Respostas DEVIDAMENTE PREENCHIDO E ASSINADO e a Folha de Redação.
9. Você poderá levar somente a folha de rascunho do Cartão de Respostas que se encontra ao final deste Caderno de Provas. Utilize-a EXCLUSIVAMENTE para a marcação de suas respostas. Qualquer anotação que ultrapasse essa finalidade implicará a retenção da folha de rascunho pelo fiscal de sala.
10. Você não poderá ingressar ou permanecer na sala de provas caso esteja portando um dos seguintes objetos fora da embalagem fornecida pelo Unilavras Concursos: boné, óculos escuros, bolsas, material de consulta, protetor auricular, lápis, lapiseira, régua, marca-texto, borracha, corretivo, recipiente ou embalagem que não sejam fabricados com material transparente, e ainda equipamentos como bip, telefone celular, walkman, agenda eletrônica, notebook, pager, palmtop, ipod, ipad, tablet, smartphone, mp3, mp4, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de carro, relógio de qualquer modelo ou quaisquer outros equipamentos eletrônicos.
11. Durante as provas, não se levante sem permissão, não se ausente da sala de prova sem o acompanhamento do fiscal, nem se comunique com outros candidatos ou terceiros.
12. Deverão permanecer na sala os três últimos candidatos até que o último termine a prova. Todos deverão sair de uma só vez após atestarem o acondicionamento dos Cartões de Respostas e das Folhas de Redação em envelope próprio e lacrado e assinarem o Termo de Encerramento.

Redação

TEXTO I

Criança dá trabalho

Governo se exime de responsabilidades ao deturpar o trabalho infantil

Vera Iaconelli

Meu pai, então com 13 anos, acordava nas madrugadas frias de São Paulo para carregar gelo numa banca de peixe do Mercado Municipal. Para se aquecer e parecer adulto junto aos homens com quem trabalhava, encarava uma aguardente. Proporcionou uma vida muito mais confortável para os filhos.

Meu sogro ficou órfão e precisou pedir emprego em uma marcenaria aos 10 anos. Ouviu que ainda não tinha idade para trabalhar. Foi sozinho ao juizado e disse que era arrimo de família. Ganhou a permissão e parou de estudar — estava na quarta série. Formou quatro filhos na faculdade.

[...]

São histórias sobre as quais uma família pode se orgulhar e que costumam ser contadas por uma descendência que não precisou passar pelo mesmo. Mas o orgulho do trabalhador criança é proporcional ao mérito do Estado. [...]

A experiência do trabalho infantil pode até forjar caracteres, mas ceifa oportunidades e muitas vidas. Os casos de sucesso financeiro são tão pontuais que são citados como grande feito. No entanto, eles não dão garantia de que houve uma boa formação física e emocional, pois a exposição ao ambiente profissional precoce é abusiva.

A escola foi o lugar que a modernidade construiu para que as crianças pudessem ser preparadas para ingressar no mundo adulto. Não se trata apenas de aprender a fazer contas, ler e escrever, mas de interpretar o mundo, de pensá-lo criticamente e de ser protegido física e psiquicamente.

A maioria das crianças já comercializou objetos, aprendeu algumas atividades dos pais, fez bicos, lidou com algum dinheiro e, se não o fez, perdeu a chance, pois pode ser bem divertido. Mas confundir esse exercício informal e tutelado com o trabalho infantil, que as campanhas internacionais denunciam, é má-fé.

A Idade Média não pode servir de modelo para o futuro das nossas crianças. Essa naturalização tem sido um dos grandes entraves mundiais para a eliminação do trabalho infantil [...].

Os motivos são claros: cabe ao poder público pensar e oferecer saídas — leia-se escolas e condições sociais para as famílias — para que as crianças não precisem trabalhar na agricultura, na construção civil, nos lixões, nas ruas, nas fábricas e, finalmente, na prostituição.

[...]

Como cantam os queridos Paulo Tatit e Sandra Peres do grupo Palavra Cantada: "criança não trabalha, criança dá trabalho". Mas isso é música que só criança que teve infância pôde ouvir.

Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/vera-iaconelli/2019/07/crianca-da-trabalho.shtml>>.

Acesso em 24 jul. 2019.

TEXTO II



Disponível em: <<https://imirante.com/oestadoma/noticias/2017/06/12/trabalho-infantil-de-criancas-entre-5-a-9-anos-aumenta-no-brasil/>>.

Acesso em 24 jul. 2019.

PROPOSTA DE REDAÇÃO

A partir da leitura dos textos I e II e dos seus conhecimentos a respeito do assunto em questão, produza um texto dissertativo-argumentativo que verse sobre o tema a seguir:

Trabalho infantil: causas, consequências e mecanismos de combate à exploração

Instruções:

1. O texto deverá ter entre 20 e 30 linhas, ser feito à caneta e à mão e será de exclusiva responsabilidade do candidato garantir a legibilidade do texto. Não será corrigida prova discursiva ilegível.
2. A fuga total ao tema e ao tipo textual solicitados ensejará aplicação de nota zero à prova. A fuga parcial determinará diminuição proporcional da nota.
3. Ensejarão também a atribuição de nota zero à prova discursiva: colocação de qualquer marca de identificação do autor; inserção de registros indevidos, não ligados diretamente ao desenvolvimento do texto; recados para a banca examinadora.

Conhecimentos Específicos

QUESTÃO 1) De acordo com a Lei 8.069/90, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), é correto afirmar que

- A) essa lei visa proteger a criança somente em suas relações nos âmbitos familiar e escolar.
- B) essa lei não se aplica a crianças e adolescentes portadores de deficiência, já que a mesma se aplica somente o Estatuto da Pessoa com Deficiência.
- C) essa lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente, considerando-se criança a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.
- D) essa lei não se aplica às crianças e adolescentes que tenham sido adotadas por casais homoafetivos.

QUESTÃO 2) A Lei 8.069/90 estabelece que “A criança e o adolescente têm o direito de ser educados e cuidados sem o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante (...)”. Para os fins dessa lei, é correto afirmar que

- A) castigo físico é a ação de natureza disciplinar ou punitiva aplicada com o uso da força física sobre a criança ou o adolescente que resulte em sofrimento físico ou lesão.
- B) a ameaça grave dirigida à criança ou ao adolescente não constitui tratamento cruel ou degradante quando o ofensor for membro da família.
- C) somente os pais podem aplicar castigos físicos a criança ou adolescente como forma de correção, disciplina e educação.
- D) o dever de velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor restringe-se aos pais e aos agentes públicos executores de medidas socioeducativas.

QUESTÃO 3) De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, é correto afirmar que

- A) a mãe adolescente que estiver em acolhimento institucional não poderá conviver com o(a) filho(a).
- B) os agentes públicos executores de medidas socioeducativas que utilizarem castigo físico ou tratamento cruel ou degradante como forma de disciplina não se submetem às medidas estabelecidas no artigo 18-B da Lei 8.069/90.
- C) os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental comunicarão ao Conselho Tutelar os casos de maus-tratos envolvendo seus alunos; reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, esgotados os recursos escolares; elevados níveis de repetência.
- D) o menor de quatorze anos não pode exercer nenhum tipo de trabalho; nem mesmo na condição de aprendiz.

QUESTÃO 4) Sobre o Conselho Tutelar, analise os itens a seguir.

I – O Conselho Tutelar não tem competência para aplicar medida de encaminhamento a programa oficial ou comunitário de proteção à família a qualquer pessoa encarregada de cuidar de crianças e de adolescentes, que utilizar castigo físico ou tratamento cruel ou degradante como formas de correção, disciplina ou educação.

II – Compete ao Conselho Tutelar, privativamente, fiscalizar as entidades governamentais e não governamentais que executam programas de proteção e socioeducativos destinados a crianças e adolescentes, em regime de orientação e apoio sociofamiliar; apoio socioeducativo em meio aberto; colocação familiar.

III – Ao Conselho Tutelar, juntamente com o órgão gestor da Assistência Social e os Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e da Assistência Social, incumbe deliberar sobre a implementação de políticas públicas que permitam reduzir o número de crianças e adolescentes afastados do convívio familiar e abreviar o período de permanência em programa de acolhimento.

IV – O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos na Lei 8069/90.

Está correto apenas o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) III e IV.
- C) II e IV.
- D) I, III e IV.

QUESTÃO 5) Assinale a alternativa correta.

A) A falta ou a carência de recursos materiais constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do poder familiar, devendo o Conselho Tutelar, neste caso, tomar as medidas cabíveis para colocação da criança ou do adolescente em família substituta.

B) Ao adolescente empregado, aprendiz, em regime familiar de trabalho, aluno de escola técnica, assistido em entidade governamental ou não governamental, é assegurado o trabalho noturno, realizado entre as vinte e duas horas de um dia e as cinco horas do dia seguinte.

C) É permitida a hospedagem de criança ou adolescente em hotel, motel, pensão ou estabelecimento congêneres, desde que acompanhado por qualquer pessoa maior de 18 (dezoito) anos.

D) Nenhuma criança ou adolescente menor de 16 (dezesseis) anos poderá viajar para fora da comarca onde reside desacompanhado dos pais ou dos responsáveis sem expressa autorização judicial.

QUESTÃO 6) Quanto à autorização para criança e adolescente viajar, é correto afirmar que

- A) a autorização para viagem, concedida pela autoridade judiciária a pedido dos pais ou responsável não terá validade superior a 12 (doze) meses.
- B) exige-se autorização judicial para a criança ou adolescente de qualquer idade viajar para comarca contígua à da sua residência.
- C) a criança ou o adolescente menor de 16 (dezesseis) anos só poderá viajar sem autorização judicial se houver autorização expressa do pai e da mãe.
- D) sem prévia e expressa autorização judicial, nenhuma criança ou adolescente nascido em território nacional poderá sair do País em companhia de estrangeiro residente ou domiciliado no exterior.

QUESTÃO 7) “A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não governamentais, da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios”. De acordo com o disposto na Lei 8.069/90, são diretrizes da política de atendimento

- A) políticas sociais básicas.
- B) integração operacional de órgãos do Judiciário, Ministério Público, Defensoria, Conselho Tutelar e encarregados da execução das políticas sociais básicas e de assistência social, para efeito de agilização do atendimento de crianças e de adolescentes inseridos em programas de acolhimento familiar ou institucional, com vistas a sua rápida reintegração à família de origem ou, se tal solução se mostrar comprovadamente inviável, a sua colocação em família substituta.
- C) serviços especiais de prevenção e atendimento médico e psicossocial às vítimas de negligência, maus-tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão.
- D) proteção jurídico-social por entidades de defesa dos direitos da criança e do adolescente.

QUESTÃO 8) Assinale a alternativa correta.

- A) As medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos na Lei 8.069/90 forem ameaçados ou violados por ação ou omissão da sociedade ou do Estado; bem como por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável; em razão de sua conduta.
- B) As medidas específicas de proteção à criança e ao adolescente não poderão ser aplicadas cumulativamente.
- C) Somente as entidades privadas que abriguem ou recepcionem crianças e adolescentes em caráter definitivo estão obrigadas a ter, em seus quadros, profissionais capacitados a reconhecer e reportar ao Conselho Tutelar suspeitas ou ocorrências de maus-tratos.

D) Na aplicação das medidas de proteção à criança e ao adolescente serão preferidas aquelas que visem ao fortalecimento dos vínculos com a família substituta, a fim de quebrar os vínculos familiares e comunitários originários.

QUESTÃO 9) São princípios que regem a aplicação das medidas de proteção à criança e ao adolescente

- A) responsabilidade primária e solidária do poder público: a plena efetivação dos direitos assegurados à criança e aos adolescentes pela Lei 8.069/90 é de responsabilidade primária da família e solidária do Poder Público, excluindo-se o Município, que tem responsabilidade subsidiária pelo atendimento e execução de programas por entidades não governamentais.
- B) publicidade: a promoção dos direitos e proteção da criança e do adolescente deve ser efetuada de modo a dar publicidade às ações que estejam sendo adotadas pelo Conselho Tutelar.
- C) oitiva obrigatória e participação: somente o adolescente maior de quatorze anos será ouvido quanto à adoção de medida de proteção em seu favor, e sempre desacompanhado dos pais, mas com a participação do Conselho Tutelar.
- D) intervenção precoce: a intervenção das autoridades competentes deve ser efetuada logo que a situação de perigo seja conhecida.

QUESTÃO 10) Sem prejuízo da tomada de medidas emergenciais para proteção de vítimas de violência ou abuso sexual, o afastamento da criança ou do adolescente do convívio familiar é de competência exclusiva

- A) do Ministério Público.
- B) da autoridade policial.
- C) da autoridade judiciária.
- D) do Conselho Tutelar.

QUESTÃO 11) Trata-se de atribuição do Conselho Tutelar:

- A) representar ao Ministério Público para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar, após esgotadas as possibilidades de manutenção da criança ou do adolescente junto à família natural.
- B) promover e incentivar, nas escolas, treinamento para o reconhecimento de sintomas de maus-tratos em crianças e adolescentes.
- C) encaminhar à autoridade policial notícia de fato que constitua infração penal praticada por criança ou adolescente.
- D) aplicar aos pais ou responsável a medida de suspensão ou destituição do poder familiar.

QUESTÃO 12) A competência do Conselho Tutelar será determinada

- A) pelo lugar onde reside o pai ou a mãe, quando forem divorciados e exercerem a guarda compartilhada.
- B) pelo lugar onde se encontre a criança ou o adolescente, à falta dos pais ou responsável.
- C) nos casos de ato infracional praticado por criança ou adolescente, pelo domicílio dos pais.
- D) exclusivamente pelo local da residência dos pais para a execução das medidas, não se admitindo delegação de competência para esse fim.

QUESTÃO 13) De acordo com a Lei 8.069/90, compete à autoridade judiciária

- A) autorizar, mediante Decreto, a participação de criança e adolescente em certames de beleza.
- B) disciplinar, exclusivamente por meio de Portaria, a entrada e a saída de criança e adolescente em bailes e promoções dançantes.
- C) dispensar, por meio de alvará, qualquer tipo de autorização para a entrada e permanência de crianças e adolescentes em casa que explore comercialmente diversões eletrônicas.
- D) disciplinar, através de Portaria, ou autorizar, mediante alvará, a entrada e a permanência de criança ou adolescente, desacompanhado dos pais ou responsável, em estádio, ginásio e campo desportivo.

QUESTÃO 14) Assinale a alternativa correta, levando em conta as disposições da Lei 8.069/90.

- A) O procedimento para imposição de penalidade administrativa por infração às normas de proteção à criança e ao adolescente terá início por representação do Ministério Público, ou do Conselho Tutelar, ou auto de infração elaborado por servidor efetivo ou voluntário credenciado, e assinado por duas testemunhas, se possível.
- B) O procedimento de apuração de irregularidades em entidade governamental e não governamental somente terá início mediante portaria do Conselho Tutelar, dispensando-se a narrativa dos fatos que deram origem à portaria.
- C) Podem servir no mesmo Conselho Tutelar marido e mulher, ascendentes e descendentes, sogro e genro ou nora, irmãos, cunhados, durante o cunhadio, tio e sobrinho, padrasto ou madrasta e enteado.
- D) No processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, o candidato pode doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor, a fim de angariar votos para se eleger.

QUESTÃO 15) De acordo com o disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente, é correto afirmar que

A) não constitui crime, sujeitando o ofensor a mera sanção administrativa ou civil, submeter criança ou adolescente sob sua autoridade, guarda ou vigilância a vexame ou a constrangimento.

B) é crime, punido com pena prevista na Lei 8.069/90, deixar a autoridade policial responsável pela apreensão de criança ou adolescente de fazer imediata comunicação ao Conselho Tutelar competente e à família do apreendido ou à pessoa por ele indicada.

C) constitui crime privar a criança ou o adolescente de sua liberdade, procedendo à sua apreensão sem estar em flagrante de ato infracional ou inexistindo ordem escrita da autoridade judiciária competente.

D) não configura a prática de crime previsto na Lei 8.069/90 embaraçar ou impedir a ação de membro do Conselho Tutelar no exercício de função prevista.

QUESTÃO 16) “É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária”. Quanto à garantia de prioridade é correto afirmar que

A) não autoriza receber proteção e socorro prioritários em quaisquer circunstâncias.

B) não confere precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública, devendo a criança e o adolescente ser submetidos ao princípio da igualdade que vigora no serviço público.

C) deve ser dada destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

D) não autoriza preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas.

QUESTÃO 17) Com base nas disposições da Lei 8.069/90, é correto afirmar que

A) é dever exclusivo do Estado prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente.

B) constitui atribuição do Conselho Tutelar, fixada pela Lei 8.069/90, elaborar políticas de apoio e incentivo às práticas de resolução pacífica de conflitos que envolvam violência contra a criança e o adolescente.

C) a existência de crianças e adolescentes com deficiência no seio da família não confere direito à prioridade de atendimento nas ações e políticas públicas de prevenção e proteção.

D) fica instituída a Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência, a ser realizada anualmente na semana que incluir o dia 1.º de fevereiro, com o objetivo de disseminar informações sobre medidas preventivas e educativas que contribuam para a redução da incidência da gravidez na adolescência.

QUESTÃO 18) O Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece que “A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis”. A partir dessa afirmação, é correto afirmar que

A) o direito ao respeito restringe-se à inviolabilidade da integridade moral da criança e do adolescente, e compreende a proibição de expô-los a material impróprio à idade.

B) o direito à liberdade compreende aspectos que abrangem a opinião e expressão; crença e culto religioso; brincar, praticar esportes e divertir-se; participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação; participar da vida política, na forma da lei; buscar refúgio, auxílio e orientação.

C) o direito à liberdade não engloba o direito de ir e vir, nem de estar nos logradouros públicos, tendo em vista as restrições legais.

D) o direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física e psíquica da criança e do adolescente, bem como na proibição de acesso dos pais ou responsáveis aos seus espaços e objetos pessoais.

QUESTÃO 19) Está correto o que se afirma em:

A) A gestante ou mãe que manifeste interesse em entregar seu filho para adoção, antes ou logo após o nascimento, será encaminhada ao Conselho Tutelar para colocar a criança em lista de adoção.

B) É direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral.

C) O apadrinhamento consiste em estabelecer e proporcionar à criança e ao adolescente convivência com a família que o adotará até que seja concluído o processo de adoção, para que se avalie a afinidade com os possíveis adotantes.

D) Só podem ser padrinhos ou madrinhas pessoas maiores de 18 (dezoito) anos que estejam inscritas nos cadastros de adoção, independentemente de qualquer outro requisito.

QUESTÃO 20) De acordo com o disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente, é correto afirmar que

A) os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação.

B) o poder familiar será exercido, em igualdade de condições, pelo pai e pela mãe, na forma do que dispuser a legislação civil, devendo, em caso de discor-

dância, recorrer ao Conselho Tutelar competente para a solução da divergência.

C) somente pessoas físicas podem apadrinhar criança ou adolescente a fim de colaborar para o seu desenvolvimento.

D) os programas ou serviços de apadrinhamento apoiados pela Justiça da Infância e da Juventude serão executados, com exclusividade, pelo Conselho Tutelar do município de domicílio da criança.

CARTÃO DE RESPOSTAS

RASCUNHO

Questão/resposta

1 (A) (B) (C) (D)

2 (A) (B) (C) (D)

3 (A) (B) (C) (D)

4 (A) (B) (C) (D)

5 (A) (B) (C) (D)

6 (A) (B) (C) (D)

7 (A) (B) (C) (D)

8 (A) (B) (C) (D)

9 (A) (B) (C) (D)

10 (A) (B) (C) (D)

Questão/resposta

11 (A) (B) (C) (D)

12 (A) (B) (C) (D)

13 (A) (B) (C) (D)

14 (A) (B) (C) (D)

15 (A) (B) (C) (D)

16 (A) (B) (C) (D)

17 (A) (B) (C) (D)

18 (A) (B) (C) (D)

19 (A) (B) (C) (D)

20 (A) (B) (C) (D)